



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

**DOD - Documento de Oficialização da Demanda**

**Despesa prevista no PCA**

**1. Unidade Demandante**

Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo - SESEC.

**1.1 Titular da Unidade Demandante**

Nome do Servidor	Matrícula	Telefone	E-mail
André Luís Brandão Ferreira	1349	3194-9671	andre.ferr eira@tre- pe.jus.br

**2. Detalhamento da Demanda**

**2.1 Exercício do PCA**

Despesa Prevista no PCA 2026 ([3115262](#)).

**2.2 Descrição Sucinta da Demanda**

Prorrogação, **em caráter excepcional**, da contratação dos serviços continuados de **recepção**, com alocação exclusiva de mão de obra vinculada à categoria de recepcionista, pelo **período de 1º de janeiro de 2026 a 30 de junho de 2026**.

**2.3 Itens, Quantidades e Valores Previstos do PCA**

Serviços						
Nº Item	Descrição do Item	Grupo de Natureza da Despesa (GND)	Elemento de Despesa	CATSER	Quantidade	Unidade de Medida

01	Prestação de serviços de recepção	3390.37.01 – Locação de Mão de Obra /Apoio Administrativo Técnico e Operacional (Custeio)	37	872–9	02	Posto
----	-----------------------------------	---	----	-------	----	-------

Valor Total da Demanda Previsto no PCA	R\$ 189.450,68
--	----------------

### 2.4 Alinhamento Estratégico

Objetivo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-PE:	09 - Evoluir a Gestão Administrativa
Objetivo do Plano Setorial da Unidade Gestora:	Não se aplica.
Sequencial no Plano de Contratações Anual, se houver:	209

### 3. Motivação da Demanda

Necessidade de manter a prestação do serviço estabelecido pelo Contrato nº 09/2020 com a Empresa ALFORSEVICE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. A vigência do referido Contrato poderá ser prorrogada no interesse da Administração, conforme previsão legal contida no inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93.

O procedimento referente à nova contratação (SEI 0019019-31.2024.6.17.8000) iniciou no dia 07/08/2024, em consonância com os prazos estabelecidos no PCA. Os artefatos DOD, ETP e TR foram encaminhados, respectivamente, em 02/10/2024, 31/10/2024 e 01/12/2024.

Em seguida, após as aprovações dos gestores tático e estratégico, o processo da nova contratação foi encaminhado, em 10/12/2024, à Asjur, a qual efetuou a análise e emitiu parecer em 18/12/2024. Entretanto, houve impasse acerca da carga horária a ser adotada para os terceirizados, conforme se infere do Memorando SESEC 2821946, que interferiu na regular continuidade do procedimento. Dessa forma, o processo ainda não alcançou a fase de edital, restando improvável sua conclusão em tempo hábil para evitar a interrupção dos serviços em comento.

Diante disso, e para que a Administração não se prejudique com a perda do serviço de recepção, a Sesec, mesmo não sendo a gestora do contrato, entendeu, na condição de fiscal, ser prudente apresentar o DOD e o ETP desta proposta de **prorrogação contratual, em caráter excepcional, para o período de 1º de janeiro de 2026 a 30 de junho de 2026, com cláusula condicionante resolutiva**, nos moldes da Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro, do sobredito Contrato e do Art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993. Para tanto, registra-se que se acham satisfeitos os requisitos do Parágrafo Terceiro da mesma Cláusula, porquanto:

- Ausência de aplicação de penalidade à contratada;
- Os serviços têm sido prestados regularmente;
- A Administração ainda tem interesse na realização desse serviço;
- Concordância da Empresa na prorrogação do contrato, nos termos ora informados e garantida a repactuação, conforme documento anexo (3131696).

Ressalte-se, por oportuno, que a Sesec só elaborou o DOD e o ETP sem a participação da unidade efetivamente gestora do contrato, a qual é a Asseg, para resguardar este órgão de potenciais danos consequentes da descontinuação contratual. Entretanto, a postura cautelar da Sesec não significa que a unidade assumiu tacitamente a gestão do contrato, até porque a Informação 23562 (3132069) será devidamente refutada mais adiante.

Ademais, registra-se que não há processo administrativo em trâmite contra a Contratada. Tal informação reforça a conformidade da Empresa com as exigências administrativas e assegura a continuidade dos serviços prestados.

#### 4. Resultados Pretendidos

- Promover a continuidade do serviço de recepção;
- Alocar profissionais especializados nessa área;
- Colaborar com a equipe de segurança patrimonial;
- Fortalecer a imagem institucional perante a sociedade;
- Racionalizar custos operacionais com a terceirização de mão de obra;
- Assegurar a infraestrutura apropriada à atividade-fim da Instituição.

#### 5. Indicação de Integrante Demandante

Não se aplica.

#### 6. Anexos

Anuência da Contratada à prorrogação do ajuste (3131696).

#### 7. Aprovação e Assinaturas

*Obs.: Devem assinar este documento o integrante demandante, o titular (chefia imediata) e o gestor tático da unidade demandante.*



Documento assinado eletronicamente por **TARCIANA MARIA DA SILVA, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 09/12/2025, às 11:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS BRANDAO FERREIRA, Chefe de Seção**, em 09/12/2025, às 11:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WAGNER XIMENES FERREIRA, Assessor(a) Chefe**, em 12/12/2025, às 14:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3134528** e o código CRC **31E4068C**.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

### Estudos Técnicos Preliminares

#### Serviços com Alocação de Mão de Obra

## 1. Análise de Viabilidade da Contratação

### 1.1. Descrição Sucinta do Objeto

Prorrogação, **em caráter excepcional**, do Contrato nº 09/2020 (1203040) - prestação de serviços continuados de **recepção**, com alocação exclusiva de mão de obra vinculada à categoria de recepcionista, nas dependências do TRE de Pernambuco, **pelo período de 1º de janeiro de 2026 a 30 de junho de 2026 (06 meses)**.

### 1.2. Unidade Demandante

Nome da Unidade Demandante	Sigla da Unidade Demandante
Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo	SESEC

### 1.3. Referência ao Documento de Oficialização da Demanda - DOD

Documento de Oficialização da Demanda	3134528
---------------------------------------	---------

### 1.4. Requisitos do Objeto

O serviço de recepção tem por finalidade atender, dentre outras, às seguintes necessidades: o controle do fluxo de pessoas que circulam diariamente pelas instalações do edifício-sede, bem como o fornecimento de informações gerais aos públicos interno e externo, **assim contribuindo direta e determinadamente para a segurança institucional do órgão**.

### 1.5. Benefícios Esperados

Visa-se à continuidade do atendimento às demandas diárias concernentes aos serviços de recepção deste Tribunal, tais como:

- controle da entrada e saída de visitantes, registrando nome, horários, assunto e setor a que se destinam;
- identificação de pessoas estranhas ao Quadro de Pessoal que estiverem nas dependências do Tribunal, seguindo as orientações estabelecidas pela unidade responsável pela gestão do contrato;
- identificação de visitantes suspeitos, com imediata informação do fato à unidade competente, com vistas à avaliação da real situação;

- conhecimento da organização, departamentos, pessoas e eventos realizados pelo Tribunal;
- recepção e interação com o público interno e externo, tratando a todos com urbanidade, de forma solícita e colaborativa;
- prestação de esclarecimentos e informações ao público, quando solicitados ou, caso não possua conhecimento para responder, transferência ao setor competente;
- auxílio na localização de servidores para atendimento de eleitores e público externo, entrega de equipamentos, pequenos volumes, documentos e materiais;
- atendimento e direcionamento das ligações telefônicas;
- execução de outras tarefas correlatas, conforme necessidade dos serviços e a Classificação Brasileira de Ocupações.

Como se vê, as medidas acima, especialmente as quatro primeiras, **contribuem decisivamente para segurança patrimonial e pessoal de autoridades, servidores, colaboradores terceirizados, estagiários e cidadãos em visita ao edifício-sede.**

#### 1.6. Correlação ou interdependência com outra contratação do órgão

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

#### 1.7. Alinhamento Estratégico

<b>Objetivo(s) Estratégico(s) do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-PE:</b>	09 - Evoluir a Gestão Administrativa
<b>Impacto no PLS:</b>	Não se aplica.
<b>Sequencial no Plano de Contratações Anual:</b>	209

#### 1.8. Soluções disponíveis no mercado

Não foi realizada a pesquisa de preços em virtude da espécie do serviço, de acordo com o entendimento reiterado da Assessoria Jurídica, a exemplo do Parecer nº 246/2023 (2176885), do qual extraímos o seguinte excerto:

Em relação à vantagem econômica para a Administração, o Tribunal de Contas da União - TCU já firmou entendimento **no sentido de ser dispensável a pesquisa de mercado para demonstração de vantagem de prorrogação contratual, quando se tratar de serviço contínuo cujos valores estejam sujeitos à repactuação de acordo com a convenção coletiva de trabalho da categoria e ao reajuste dos valores dos insumos de acordo com a variação do IPCA** - como se vê no Acórdão TCU n.º 1214/2013 - Plenário, constante do Informativo de Licitações e Contratos do TCU nº 153 [...]. (sem grifos no original)

#### 1.9. Descrição e justificativa da solução escolhida

A opção por manter o contrato considerou os seguintes critérios:

- a) ausência de aplicação de penalidade à Contratada;
- b) serviço prestado com regularidade e qualidade satisfatórias;
- c) a Administração ainda tem interesse na realização desse serviço;
- d) inexistência de processo administrativo em trâmite contra a Empresa;

e) anuência da Contratada à prorrogação do ajuste, conforme documento 3131696.

#### 1.10. Descrição do serviço a ser contratado e justificativa

Não se aplica nos casos de prorrogação contratual.

#### 1.11. Categoria a ser alocada (para o caso de serviço com alocação de mão de obra)

Prestação de serviços de recepção, com alocação de mão de obra vinculada à categoria recepcionista.

##### 1.11.1. Código do Serviço - CATSER

N o  I t e m	Descrição do Item	Grupo de Natureza da Despesa (GND)	Eleme nto de Despes a	CATSE R
1	Prestação de Serviços de Recepção	CUSTEIO	37	872-9

##### 1.11.2. Quantidade Estimada de Profissionais

Continuidade dos serviços com a alocação de 02 (dois) postos em período ordinário, conforme previsto no Edital de Licitação nº 062/2019 (1118861).

Por oportuno, esclarecemos que, como o contrato tem previsão de encerramento em julho de 2026, não foram mencionados os postos temporários de eleição.

#### 1.12. Local da Prestação dos Serviços

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

#### 1.13. Horário da Prestação dos Serviços e Carga Horária do Profissional

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

#### 1.14. Descrição Genérica das Atividades

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

#### 1.15. Descrição dos Serviços e Atividades de Rotina

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

#### 1.16. Uniforme e Equipamento de Proteção Individual

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

##### 1.16.1. Previsão de Diárias

Não há previsão.

##### 1.16.2. Necessidade de Horas Extras

Não há previsão.

### 1.16.3. Necessidade de Fornecimento de Equipamento, Ferramenta ou Material

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 1.17. Custos Totais da Solução

#### 1.17.1. Servidor responsável pela planilha de custos

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

#### 1.17.2. Cálculo do preço estimado

O preço da contratação, com fundamento no novo período de vigência do instrumento, é **R\$ 45.133,56 (quarenta e cinco mil cento e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos)**, nos termos da Informação nº 19731 - TRE-PE/PRES/DG/SCONT/CEC (3081861).

EXERCÍCIO DE 2026				
JANEIRO A JUNHO – 06 MESES				
Serviço	Homem-Mês	Quantidade de Postos	Quantidade de Meses	Total
Recepção	R\$ 3.761,13	2	6	R\$ 45.133,56
TOTAL DE 2026:				R\$ 45.133,56
TOTAL DA PRORROGAÇÃO 2026:			R\$ 45.133,56	

#### Observação:

No cálculo estimativo apresentado, foi considerado o valor de homem-mês constante na Informação mencionada acima, tendo em vista que a repactuação do custo do Contrato nº 09/2020 encontra-se prestes a ser autorizada.

#### 1.17.3. Método utilizado para a definição do preço estimado e justificativa da metodologia utilizada

Conforme previsto no Edital de Licitação nº 062/2019 (1118861).

#### 1.17.4. Orçamento Estimado

O valor estimado corresponde a **R\$ 189.450,68 (cento e oitenta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e oito centavos)**, conforme registrado no PCA 2026 (3115262). Esse montante contempla a repactuação do custo da contratação a ser solicitada pela Empresa oportunamente.

## 2. Sustentação do Contrato

### 2.1. Impacto Ambiental

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 2.2. Sustentabilidade

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 2.2.1. Critérios Sociais

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 2.2.2. Critérios Ambientais

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 2.2.3. Critérios Culturais

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 2.2.4. Critérios de Acessibilidade

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 2.2.5. Critérios de Saúde

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

## 3. Estratégia para a Contratação

### 3.1. Natureza do objeto

Prestação de serviço continuado de recepção, com alocação de mão de obra vinculada à categoria de recepcionista.

### 3.2. Modalidade da contratação

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 3.3. Justificativa para a modalidade de contratação escolhida

Necessidade de manter a prestação do serviço estabelecido pelo Contrato nº 09/2020 com a Empresa ALFORSEVICE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. A vigência do referido Contrato poderá ser prorrogada no interesse da Administração, conforme previsão legal contida no inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93.

O procedimento referente à nova contratação (SEI 0019019-31.2024.6.17.8000) iniciou no dia 07/08/2024, em consonância com os prazos estabelecidos no PCA. Os artefatos DOD, ETP e TR foram encaminhados, respectivamente, em 02/10/2024, 31/10/2024 e 01/12/2024.

Em seguida, após as aprovações dos gestores tático e estratégico, o processo da nova contratação foi encaminhado, em 10/12/2024, à Asjur, a qual efetuou a análise e emitiu parecer em 18/12/2024. Entretanto, houve impasse acerca da carga horária a ser adotada para os terceirizados, conforme se infere do Memorando SESEC 2821946, que interferiu na regular continuidade do procedimento. Dessa forma, o processo ainda não alcançou a fase de edital, restando improvável sua conclusão em tempo hábil para evitar a interrupção dos serviços em comento.

Diante disso, e para que a Administração não se prejudique com a perda do serviço de recepção, a Sesec, mesmo não sendo a gestora do contrato, entendeu, na condição de fiscal, ser prudente apresentar o DOD e o ETP desta proposta de **prorrogação contratual, em caráter excepcional, para o período de 1º de janeiro de 2026 a 30 de junho de 2026, com cláusula condicionante resolutiva**, nos moldes da Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro, do sobredito Contrato e do Art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993. Para tanto, registra-se que se acham satisfeitos os requisitos do Parágrafo Terceiro da mesma Cláusula, porquanto:

- Ausência de aplicação de penalidade à contratada;
- Os serviços têm sido prestados regularmente;



- A Administração ainda tem interesse na realização desse serviço;
- Concordância da Empresa na prorrogação do contrato, nos termos ora informados e garantida a repactuação, conforme documento anexo (3131696).

Ademais, registra-se que não há processo administrativo em trâmite contra a Contratada. Tal informação reforça a conformidade da Empresa com as exigências administrativas e assegura a continuidade dos serviços prestados.

Ressalte-se, por oportuno, que a Sesec só elaborou o DOD e o ETP sem a participação da unidade efetivamente gestora do contrato, a qual é a Asseg, para resguardar este órgão de potenciais danos consequentes da descontinuação contratual. Entretanto, a postura cautelar da Sesec não significa que a unidade assumiu tacitamente a gestão do contrato, até porque a Informação 23562 (3132069) será devidamente refutada mais adiante.

Não é demais salientar que, **sem a prorrogação excepcional ora proposta, haverá a perda do serviço de recepção** até que se finalize a contração homóloga tratada no SEI [0019019-31.2024.6.17.8000](#). Em tal cenário bastante adverso, **as demandas previstas no item 1.5 ficarão sensivelmente prejudicadas**, aqui merecendo destaque, **por terem direta relação com a segurança institucional**, aquelas relativas a:

- controle da entrada e saída de visitantes, registrando nome, horários, assunto e setor a que se destinam;
- identificação de pessoas estranhas ao Quadro de Pessoal que estiverem nas dependências do Tribunal, seguindo as orientações estabelecidas pela unidade responsável pela gestão do contrato;
- identificação de visitantes suspeitos, com imediata informação do fato à unidade competente, com vistas à avaliação da real situação;
- conhecimento da organização, departamentos, pessoas e eventos realizados pelo Tribunal.

À vista de todo o exposto, **entendemos ser de fundamental importância que se efetive a prorrogação excepcional sugerida nestes autos, notadamente, a fim de a segurança institucional não restar mitigada sem os sobreditos procedimentos de controle e monitoramento de pessoas que adentram no recinto do edifício-sede do TRE-PE.**

### 3.4. Período de Execução e Vigência do Contrato

**1º de janeiro a 30 de junho de 2026** [Vide a última prorrogação, formalizada pelo 9º Termo Aditivo (2985888) ao Contrato nº 09/2020 (1203040)].

Observação: Propõe-se a prorrogação com cláusula condicionante resolutiva, **nos termos da Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro, do sobredito Contrato, e do Art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.**

### 3.5. Parcelamento do objeto

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 3.6. Adjudicação do objeto

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 3.7. Formalização da Contratação

Termo Aditivo.

### 3.8. Classificação da despesa

Despesa Corrente.

### 3.9. Equipe de Planejamento da Contratação

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 3.10. Equipe de Gestão da Contratação

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 4. Análise de Riscos

Não se aplica aos casos de prorrogação contratual.

### 5. Informações Complementares

Não há.

### 6. Anexos

Anexo I - Anuência da Contratada à Prorrogação (3131696);

Anexo II - Declarações Diversas (3131699);

Anexo III - Consulta ao SICAF (3157158);

Anexo IV - Consulta ao CADIN (3131724).

### 7. Assinaturas



Documento assinado eletronicamente por **TARCIANA MARIA DA SILVA, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 11/12/2025, às 15:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS BRANDAO FERREIRA, Chefe de Seção**, em 11/12/2025, às 15:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3160364** e o código CRC **91FD5CB2**.